

Aos (15) quinze dias do mês de agosto de 2024, reuniram-se na sala de formação da SEMED, para a 7ª Reunião do Conselho Pleno, os seguintes Conselheiros: Ana Lucia Rodrigues, Angela Pereira Branco, Carla Cristina Agulham, Carmem Lúcia de O. Rocha, Caroline Pereira de Araujo Maia, Clicie Maria C. Negoseki, Delma Regiane Cordeiro Furman, Dheborá Cristina da Silva, Domingas de F. C. Amaral, Fabiano Setim, Fabio Braun, Fátima Batistão Machado, Juliana Valli M. Criminácio, Leila Gonçalves de Carvalho, Luiz Carlos Costa da Silva, Marcos Aurelio Precoma, Maria Madalena de C. Hitner, Marilza Aparecida P. Teixeira, Maristela do Rocio Dittert, Rodrigo Cristiano de Oliveira, Rosiani Silva Francheto, Sandro de Jesus Correia, Vilma Pissaia da Cruz. Tendo como pauta: 1- Abertura da Sessão Plenária: 1.1- Verificação do quórum; 1.2- Faltas justificadas e injustificadas; 1.3- Aprovação da ata; 2- Carta Resposta Escola Municipal Padre Pedro Fuss; 3- Lista de Espera – Educação em Tempo Integral; 4- Projetos Institucionais – Escola Municipal Especializada Madre Paulina; 5- Alteração de Calendário – Escola de Educação Infantil Brincantes; 6- Processos: 6.1 - Autorização de Funcionamento CMEI Vovó Rozaria; 6.2 – Cessação Escola de Educação Infantil Motivação; 7- Correspondências expedidas e recebidas; 8- Informes.

A Presidente Ana Lucia Rodrigues, inicia a reunião cumprimentando a todos e pedindo para todos que não esqueçam de confirmar a presença ou justificar, em seguida dá sequência a pauta informando as faltas justificadas: “Quem justificou o Luiz, mas ele acabou vindo, a Marillette, o Fábio Azevedo, que é do transporte, a Maria Helena justificou agora porque ela tem uma audiência, a Daniela, representação do infantil, a Lorena que é do Sinsep, a Stela que do SINEPE, as duas representantes da Apae, porque a Valdeliria é vice diretora e a diretora está de atestado, e a Sônia tinha problemas para poder participar da reunião, a Juliana do CMDCA está aguardando a justificativa eu até já pedi para ela, para ela não esquecer de encaminhar, a Evelyn da representação de pais, a Bárbara que está de licença maternidade, o Andrey também precisou justificar, a Izala, justificou, o Fabiano vai chegar um pouco mais tarde, a Vilma tinha justificado mas acabou vindo também, que é da Câmara, essas são as que justificaram suas ausências.” A Presidente Ana Lucia coloca que como a Juliana da representação de professores, pediu desistência, a Fabíola passou para titular e entrou a Louise, que estava na fila de espera conforme a eleição realizada em dezembro de 2022, a Conselheira Fabíola disse que iria se desligar do conselho, mas não enviou nada, foi solicitado também as justificativas caso ela tivesse, mas também não houve retorno, como hoje ela já está com 7 (sete) faltas injustificadas, ela também está desligada do conselho e será chamada a próxima representante, que é a professora Jessica, da escola Narciso Mendes. Seguindo para a próxima pauta a Presidente Ana Lucia informa que a ata foi enviada por e-mail não houve nenhum pedido de alteração, então pergunta se ata está aprovada ou alguém se abstém. Ninguém se manifestou. A ata da 6ª reunião ordinária está aprovada. A Presidente coloca que no dia 5 de agosto participou da reunião com a Diretora da Escola Municipal Padre Pedro Fuss, Mari Lucia Bette, com a Diretora Geral Cristiani, com o Secretário, Diego, e a Márcia Diretora do Departamento de Ensino Fundamental, foi colocado sobre o caso dos problemas ocorridos na Educação em Tempo Integral e sobre as colocações feitas em relação aos conselheiros e ao Conselho, ela pediu desculpas e fez uma carta de retratação e enviou ao Conselho através do ofício nº 029/2024 da Escola Padre Pedro Fuss. O Conselheiro Luiz faz a leitura do ofício que é compartilhado em tela, após a leitura a Presidente Ana Lucia pergunta se alguém deseja fazer algum comentário sobre a carta. Ninguém se manifesta. A Presidente Ana Lucia complementa dizendo que foi colocado para ela que foi feita uma denúncia contra a Escola da Conselheira Leila, a Divisão de Estrutura e Funcionamento do Ensino foi averiguar e não encontraram nenhuma irregularidade, colocou-se também que é papel do Conselheiro trazer para o Conselho qualquer irregularidade que ele encontrar, o Conselho vai comunicar para a Secretaria ou qualquer outra instituição, para que se adeque e diz: “Todo mundo quer uma educação de qualidade para as nossas crianças independentes, seja da escola pública ou escola particular, quando nós fizemos a colocação em relação à educação em tempo integral, não é querer punir a escola, mas que a escola se reorganizasse, porque caso fosse verificado que o tribunal de contas, ele vai verificar em alguns municípios, a gente não sabe qual pode ser São José, e faz a verificação

do uso do recurso e vendo que ele não está sendo utilizado para os critérios do governo federal, ele pode solicitar que o município devolva o dinheiro por não estar cumprindo o atendimento correto, e a gente não quer que isso aconteça, né? A gente quer que aconteça o melhor possível para São José dos Pinhais, É o município do qual nós temos, enquanto conselheiros, primar pela qualidade e pelo atendimento da Educação Municipal.” Sobre a denúncia feita do CEI Primeiros Passos da Conselheira Leila, a Conselheira Delma coloca que a Divisão de Estrutura e Funcionamento esteve no local para averiguação, estiveram em todos os ambientes, inclusive na Secretaria e estava tudo em ordem, nenhum dos itens descrito na denuncia foi constatado, como foi uma denúncia anônima, não tinham como fazer a devolutiva com a resposta. Dando sequência a pauta a Presidente Ana Lucia coloca que foi solicitado para a SEMED a lista das Escolas e CMEIs que têm o atendimento de Educação em Tempo Integral, foi enviado um ofício para essas unidades solicitando a lista de espera para a Educação em Tempo Integral, foi feito um levantamento de acordo com as respostas recebidas, a planilha com o levantamento é posto em tela e a Presidente faz a leitura, em seguida coloca que será encaminhado para a Secretaria fazer uma análise para ver se há de abrir mais turmas pelo menos nas unidades que precisam muito. A Conselheira Rosiani coloca que no mês de junho foi feito um estudo de todo o Município da educação infantil ao fundamental, sobre a possibilidade de ampliação, porque precisava mandar esse estudo para o MP e essa semana abriu a adesão e pactuação de mais uma etapa do programa do Escola em Tempo Integral, tendo aberto a pré meta que o governo federal manda, será tentado novamente com os dados em mãos para ver para onde vai poder expandir. A Conselheira Angela coloca que a pré meta não abriu ainda, já foi feita a adesão, mas a pré meta que são as quantidades ainda não está aparecendo. A Conselheira Maristela questiona dizendo: “Só uma curiosidade quanto ao Pedro Fuss, porque alguns dos motivos deles colocarem as crianças até de funcionários no início era porque não tinha público alvo que eles alegaram que queriam o integral, agora, depois da organização, ficou as 40 crianças que poderiam e aí tem essa lista de espera, não tinha público em janeiro e agora tem?” A Conselheira Rosiani explica que é muito natural devido ser o primeiro ano de implantação, porque as famílias não conhecem e não sabem o que eles vão fazer, depois que começa, aí que eles vem atrás, a Escola Francisco Xavier, quando foi proposto para abrir esse ano, o diretor perguntou, mas pode ser turma de 10,12, tem que ser de 20, porque eu não vou ter esse público, e hoje ele tem uma lista de espera significativa, então é realmente desconhecimento das famílias. A Conselheira Leila relata que conhece várias mães que recusaram quando foram perguntadas e agora querem para o próximo ano. A Conselheira Maristela pergunta: “Quanto ao Plano Municipal de educação, foi cumprida essa meta de atendimento?” A Conselheira Rosiani responde: “Ainda não esse estudo que eu falei que a gente fez é para apresentar para o Ministério Público, temos um plano de ampliação, mas precisamos de outros fatores para poder cumprir esse Plano, ele é até 2025, então a gente está nesse momento exatamente em cima disso.” A Presidente Ana Lucia lembra de que precisa acrescentar também as Escolas particulares, pois o Plano é do Município. A Conselheira Rosiani coloca que a Secretaria já está vendo para colocar no SERE as crianças do Program Compra de Vagas. A Conselheira Marilza coloca que no relatório recente de todos pela educação, São José dos Pinhais está atendendo 27% do público de zero a três anos. O Conselheiro Fábio expõe sua opinião colocando: “Sobre a quantidade dessas lista de espera, principalmente no CMEI Santo Antonio e CMEI Flor de Lis a tendência é triplicar, pois está faltando uma comunicação da Educação com o Urbanismo porque estão construindo cada vez mais prédio lá na região e a escola, principalmente o Santo Antônio, não faz nem 2 (dois) anos que foi construído e já está ficando saturado, acho que ali está faltando comunicação entre os 2 (dois) secretários para verificar, quando for autorizar construções por causa que daqui a pouco isso aí vai dar mais polêmica.” A Conselheira Angela esclarece que existe um grupo de estudo em que as engenheiras da SEMED participam, que é junto com o urbanismo e quando existem essas construções é feito um estudo e direcionado os valores que precisa ter em contrapartida para a saúde, para a educação, Infraestrutura e tudo mais. Dando sequência a reunião a

Presidente Ana Lucia passa para a pauta dos Projetos Institucionais da escola especializada Madre Paulina e coloca que a Câmara de Ensino Fundamental e Especial fez a apresentação e os membros presentes aprovaram e ficou de apresentar a ata, a ata é compartilhada em tela e a Presidente faz a leitura dos Projetos aprovados pelo Conselho Escolar da Escola Especializa Madre Paulina enviado através do ofício nº637/2024- SEMED, após a leitura a Presidente solicita para a Conselheira Clície falar um pouquinho sobre os projetos, a Conselheira Clície coloca que: “Na escola Madre Paulina, além da escolarização, temos alguns projetos de AEE que acontecem desde 2022, tem uns que são mais antigos, já existiam com a escola desde sempre e outros que foram implementados a partir de 2022, a Comunicação Suplementar e Aumentativa, que é o CSA que já acompanha a escola na sua trajetória, a cozinha experimental começou a fazer parte depois que a escola mudou de prédio, a psicomatricidade, psicopedagogia e sala de recurso, também começou, a partir de 2022, a musicoterapia, o Brincar é coisa séria, a literatura já tinha, Contação de histórias, são atividades de AEE, do Atendimento Educacional Especializado, uma vez que o público da escola Madre Paulina demanda outros encaminhamentos e outras formas de desenvolvimento que não sejam somente leitura, escrita, matemática ou ciência, O público propriamente dito, então, tendo em vista a especificidade da clientela, as dificuldades que eles têm, as limitações, o desenvolvimento é aquém do esperado, dentro de um processo educacional, temos também legislações que amparam, que eles têm direito a outros tipos de atendimento para que eles possam não só saírem letrados, mas também preparados, como a gente diz, a aprendizagem para aprendizagem ao longo da vida.” A Presidente Ana Lucia pergunta se há alguém contrário ou que se abstém. Ninguém se manifestou contrário ou se absteve, será feito um Parecer do Conselho para a Secretaria e a Escola Madre Paulina. Seguindo a pauta a Presidente Ana Lucia coloca que a Escola Infantil Brincantes solicitou a alteração do sábado letivo previsto no calendário no dia 17 de agosto para o dia 19 de outubro, devido a participação da Escola em eventos da Educação em outro Estado, enquanto Presidente, como houve alteração na data da reunião do Conselho, a mesma já respondeu a Escola que poderia tirar do dia 17 de agosto e que a data solicitada seria definida pelo colegiado na reunião de hoje. A Presidente pergunta se há alguém contrário ou abstenções, ninguém se manifesta, a solicitação é aprovada por unanimidade. O Conselheiro Rodrigo pergunta referente a abertura da Sala de recurso se é verificado a questão do pessoal. A Conselheira Clície responde que é cadastro reserva. O Conselheiro Rodrigo coloca que seria importante avisar para o assessoramento a questão do mobiliário, pois tem bastante pedido e as vezes não é possível atender de imediato. A Presidente Ana Lucia segue para a próxima pauta, sobre as correspondências expedidas e recebidas e coloca que foi recebido em Julho o Referencial da Educação Infantil, mas será feito alguns encaminhamentos solicitando a Consulta pública com a participação de todos os profissionais e os apontamentos do que foi revisado. Foi recebido do departamento de Ensino Fundamental, falta do Departamento de Inclusão e Educação especial e a complementação do Infantil que será solicitado, será juntado os documentos para fazer a análise da Revisão do referencial e não por departamentos. A Conselheira Leila, representante do SINEPE, relata que algumas Diretoras a procuraram porque ficou pendente uma resposta do porquê a rede particular não pode participar dessa revisão do Referencial, porque quando tem as visitas é cobrado para que o referencial seja o mais próximo possível dos CMEIs, a fala das Diretoras é de que não podemos caminhar conforme queremos, principalmente por parte da educação infantil, porque está se sugerindo muito que se aproxime do CMEI, por exemplo, que trabalham com apostila, está tendo essa cobrança, ficou se de vir uma resposta por parte da Diretoria, mas ela não deu essa resposta para a rede particular. A Presidente Ana Lucia coloca que irá verificar com a Sara, Diretora do Departamento de Educação Infantil e explica que o Referencial construído no Município tem como referência o do Estado e a BNCC, o Município pode sim fazer somente com o Municipal e o particular tem todo o direito de construir o seu currículo, dentro das características da comunidade que estão atendendo, mas que seja próximo ao do Município. A Conselheira Leila coloca que sobre a questão

da apostila, para o público particular, se colocar para o país, acaba perdendo alunos, eles procuram outra escola que trabalhe, é uma visão diferente, mas não dá para seguir 100% por conta do público que é atendido. A Conselheira Delma coloca que sempre acompanha as visitas junto com a Ana Paula da Divisão de Estrutura e Funcionamento e a Karla Pinheiro da Educação Infantil e sempre é orientado sobre a questão do espaço, tem escolas que é recomendado diminuir um pouco o mobiliário para que a criança tenha mais espaço para brincadeira, mas sempre de forma sugestiva, e sobre o material didático nunca viu a Karla impondo ou orientando, geralmente as orientações são mais a respeito do espaço físico. A Conselheira Clície coloca que: “A educação infantil pública ela é de extrema qualidade, são perfis de trabalho diferentes, quem trabalha com apostila decide trabalhar com apostila, mas o município acredita numa outra forma de trabalho e não tem menor valor do que aquele que trabalha com apostila, então eu gostaria de recuperar que a educação infantil não é só o deixar lá, temos sim, trabalhos e trabalhos muito ricos que acontecem dentro da educação infantil pública.” A Conselheira Carla complementa dizendo que hoje o mundo olha a Educação Infantil de outra forma, a ciência traz um novo olhar para a criança e a lei legitima tudo isso e cada vez que você se aprofunda mais para estudar, entender a criança, mas você se encontra com aquele documento que é de 2009 e vê que o tempo todo estava ali, porque o nosso olhar também a nossa ótica para essa criança da educação infantil ela é diferenciada, temos bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas, na letra da lei, olhar para essas especificidades é um grande desafio e gente enquanto escola, seja pública, privada, ou tem as convencionais, ou tem as cooperativas, enfim, hoje o grande exercício é do adulto olhar essa criança de uma outra forma e o nosso papel, enquanto sociedade, enquanto conselho, é conversar com os pais sobre esse novo olhar. A Conselheira Marilza contribui dizendo que houve uma transformação muito grande na Educação infantil nos últimos 10 anos, o Brasil passou a ter algumas concepções de uma forma muito mais próxima do acontecer na realidade, tinha uma apostila vendida por algumas editoras, precisa conversar e discutir o quanto que isso é viável, o quanto se aproveita disso ou se é um gasto que as famílias fazem em cima disso, as famílias cobram do CMEI também, mas a gente tem feito um trabalho desde 2012, 2013, falando dessa questão da mudança da criança, quem é essa criança da educação infantil, outra coisa é a questão da formação dos profissionais da educação, tem donos de escolas formados em universidades, assim como tem os professores e os diretores também, a diferença é que no sistema público segue uma linha determinado pela Secretaria, pelo conselho. A Conselheira Leila coloca que a rede particular está solicitando para participar mesmo que seja como ouvinte, para tentar se aproximar, ficar mais próximo, muitas já tiraram a apostila do infantil I até o infantil IV está se trabalhando só no Pré, justamente porque está tendo essa conversação com os pais, é importante tentar se aproximar, tentar aprender, tentar acolher, de repente, aquilo que é feito no particular e talvez não acontece no CMEI, talvez ali também tenha coisas legais que pode ser aproveitado no público, é uma troca, foi esse o pedido, é esse o questionamento que a Sara ficou de dar um retorno e não veio. A Presidente Ana Lucia diz: *“Nada impede que quando chegue todos os documentos, a gente encaminhe para a consulta do privado.”* A Conselheira Carla coloca que foi aberto por adesão e de repente poderia criar uma turma de 3 (três) encontros de imersão sobre a Educação Infantil, daria para ofertar para as privadas também e fazer essa parceria. O Conselheiro Luis coloca que as escolas particulares relacionadas ao Programa Compra de Vagas, trabalham o mais próximo possível do CMEI, e o pedido delas é para participar do processo, elas querem simplesmente sentar dentro da roda de conversa, participar, nem que seja com a sua pedagoga, com a sua diretora, dessas formações na Educação Infantil, *“Na verdade, eles estão assim, pedindo Socorro para o conselho municipal de educação para se sentir parte do sistema.”* A Conselheira Leila concorda com a fala do Conselheiro Luis e diz: *“É isso, o ano passado foi assim, recebemos o doce e foi tirado, sabe? É mais ou menos essa fala assim, a gente quer continuar com o doce, a gente quer é esse o pedido, o Luis soube colocar ali certinho.”* A Presidente Ana Lucia coloca que quando é construído junto, a adesão é maior,

quando só impõe tem pouca adesão. E para fechar a pauta sobre o Referencial a Presidente coloca que precisava desse documento elaborado e aprovado até 31 de agosto para colocar no sistema, mas não terá tempo hábil, tem sido cobrado a SEMED desde 2022, eram 2 (dois) anos depois da aprovação em 2020, foi solicitado a prorrogação, foi prorrogado, mas agora não há tempo, não tem como colocar somente de um departamento, é um documento do Município, então irá ficar para o próximo ano pois também irá entrar a educação conectada, que vai ser obrigatória no próximo ano e precisa ser apontada no documento do fundamental, do infantil e do especial, então será colocado o mesmo documento, como tem um parecer do Conselho, não terá problema, o Currículo é uma das condicionante para receber o VAAR e ele precisa estar alinhado com a BNCC, o Conselho precisa fazer uma análise criteriosa e isso demanda mais tempo. A Conselheira Clície coloca sobre o referencial da Educação Especial, dizendo que diferente da Educação Infantil e do Ensino Fundamental que estão fazendo a revisão, o da Educação Especial está partindo do zero e não foi fácil a construção, o referencial está sendo finalizado e será encaminhado para o Conselho. A Conselheira Rosiani, representante do departamento de Ensino Fundamental, coloca que o departamento já entregou a revisão há algum tempo e estavam na expectativa de que fosse votado, pois a versão preliminar da nova proposta já está em fase de implantação na rede, e pergunta: *“O que fazemos? Se ainda oficialmente temos o documento antigo, o que fazemos com essa versão preliminar?”* A Presidente Ana Lucia responde que como é uma revisão, foi feita toda uma análise, não há grandes problemas, foi apontado através de toda a comunidade dos profissionais dizendo o que servia e de qual forma servia, então ela está adequada. A Conselheira Rosiani pergunta se pode continuar com a versão revisada, a Presidente Ana Lucia responde que pode continuar sem problemas, porque o Conselho precisa do documento completo para começar a análise, será feito com a Câmara de Planejamento e normas e quem quiser participar, porque existe a possibilidade de ter o mesmo documento inserido, dando tempo para fazer essa análise com mais tranquilidade, mas precisa deixar isso pronto antes do final do ano para que esse documento seja enviado e seja impresso, pois se houver mudanças políticas, não sabemos o que pode vir a acontecer. A Conselheira Maristela coloca que desde o começo do ano, o planejamento, a metodologia, está sendo trabalhada em cima da versão preliminar e existe o medo de que se não for feito a junção de todos em tempo hábil, o nosso trabalho, talvez por questões políticas seja perdido. A Conselheira Rosiani concorda e coloca que foi investido dinheiro público com consultores para fazer essa revisão e avaliação e há esse risco se houver troca de gestão. A Conselheira Clície diz: *“Nós já tivemos reunião, as 3 (três) diretoras de departamento, com relação a isso e já acertamos o encaminhamento do referencial, nós de educação especial, não queremos ser empecilhos para andamento de referencial nenhum, mas eu gostaria que vocês entendessem, tenho 8 pessoas dentro de um departamento, atendemos 111 unidades, nós não temos pessoas suficiente, não tenho ninguém parado dentro do departamento escrevendo referencial curricular, trabalhamos com todas as nossas demandas e ainda assim escrevemos a revisão do referencial curricular.”* A Presidente Ana Lucia coloca que no ano de 2020 foi apresentado um documento tanto do infantil quanto do especial, e não estar de acordo é uma coisa diferente, por isso a revisão nesse momento. A concepção tem que ser a mesma, porque estamos falando de rede, trocou gestão, muda de concepção, isso não pode acontecer mais dentro de uma rede, por isso é importante a consulta pública para a comunidade que está produzindo poder opinar. A Presidente Ana Lucia segue para o próximo item da pauta que são os informes e coloca que na terça feira dia 20 de agosto inicia o Encontro Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, a Secretaria disponibilizou quatro Conselheiros, o Rodrigo, a Madalena, a Delma e a Carol que irão representar São José, com a responsabilidade de trazer na próxima reunião o que aprendeu, o encontro nacional vai acontecer na cidade de Itapetininga, em São Paulo. A Presidente avisa que na segunda feira as 10h terá a reunião da Câmara de Normas e Planejamentos sobre o Programa de Direitos Humanos, o documento será encaminhado para todos e quem não for da Câmara e quiser participar, será enviado o link para a reunião

on line. A Presidente informa que no início do ano o Departamento infantil entregou o Currículo, mas depois foi solicitado por ofício a devolução para rever novamente, então naquele momento é encaminhado pedindo uma deliberação ou a reformulação ou a revisão da deliberação do Conselho, então foi encaminhado para o infantil e para o fundamental e assim que o Especial fizer o encaminhamento, também será solicitado essa revisão. A Presidente Ana Lucia coloca que foi aberto um CEMAEE, o Ruth Holmer, será solicitado a documentação de criação, a Clície informou que já foi entregue à Divisão de Estrutura e Funcionamento, também foi inaugurado antes do recesso de julho o Espaço AMA, que logo chegará para o Conselho fazer um parecer porque nesse espaço será criado um CEMAEE. A Conselheira Clície explica sobre o espaço dizendo que é vinculado a Secretaria de Governo e trabalha com intersectorialidade entre educação e saúde, a saúde tem dentro do espaço os atendimentos clínicos e a educação tem os atendimentos educacionais, o centro de AEE, Centro de Atendimento Educacionais Especializado, como o espaço AMA não é vinculado somente à Secretaria de Educação, saiu um decreto de criação da Secretaria de Governo, então dentro do Espaço AMA, será criado um CEMAEE de neurodiversidade, para especificar o trabalho dentro do Espaço Ama e para garantir que as profissionais da educação que ali atuam não percam o vínculo com a educação. A Presidente Ana Lucia coloca que é importante ter o Parecer do conselho e não ficar somente no decreto, porque decreto pode ser revogado por quem entrar. A Conselheira Maristela questiona qual seria o Público do AMA? A Conselheira Clície responde que o fluxo de entrada é pela Unidade Básica de Saúde (UBS) que categoriza entre vermelho, amarelo e verde, as crianças, adolescentes e jovens que vão para o Espaço AMA, vêm do fluxo da saúde com a indicação de vermelho, amarelo, verde, passam pela triagem, passam pelo estudo de caso e daí se designa se é só atendimento na área da saúde ou se precisa da área da educação. A Presidente Ana Lucia pergunta se mais alguém gostaria de fazer alguma colocação. Ninguém se manifestou. A Presidente avisa que provavelmente será feita uma reunião extraordinária para o Parecer do projeto de Direitos Humanos, A Jéssica e a Solange irão fazer apresentação do projeto na segunda às 10:00 vamos encaminhar o link no grupo e será encaminhado o documento no e-mail e quem puder participar, quem quiser esteja bem à vontade. Não havendo mais nada para tratar a Presidente agradece a participação de todos e encerra a reunião.

Eu Valdinéia Santos de Lima, encerro esta ata que foi digitada por mim, e será assinada pelo Secretário Geral, Luiz Carlos Costa da Silva e pela Presidente Ana Lucia Rodrigues.

Two handwritten signatures in blue ink. The first signature is on the left, and the second is on the right.